

O Trauma na pandemia de Covid-19

BIRMAN, Joel.

O trauma na pandemia do Coronavírus: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas

3ª ed.

Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2021

Daniella Teixeira Dantas Gouget¹ (Orcid: 0000-0002-6540-2313) (danigouget@gmail.com)

¹ Hemorio. Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Recebido em: 21/02/2022 Revisado em: 16/10/2022 Aprovado em: 22/12/2022

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-7331202333064>

Editora responsável: Rosana Castro

No ano de 2020, o mundo passou a experimentar a pandemia de Covid-19 com consequências desastrosas para a vida. No momento de escrita desta resenha (julho de 2022), mais de seis milhões e 330 mil pessoas já haviam morrido em virtude da Covid. Só no Brasil, até setembro de 2022, foram mais de 685 mil mortes.

Os efeitos da pandemia – como luto, adoecimento, sofrimento, medo, desestabilização econômica e desorganização das relações de sociabilidade – constituíram uma condição particular de estresse, colocando a saúde mental numa posição estratégica de cuidado. Esse é o tema abordado por Joel Birman no livro “*O trauma na pandemia do Coronavírus: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas*”, lançado em dezembro de 2020 e já na terceira edição em 2021.¹

O autor é um renomado psicanalista e professor aposentado da Saúde Coletiva (no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – IMS/UERJ) e da Psicologia/Psicanálise (no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IP/UFRJ).

O livro reflete um acúmulo de reflexões e pesquisas de Birman, realizadas nas últimas décadas, dedicadas ao estudo do sujeito e do sofrimento na contemporaneidade (BIRMAN, 2003; 2004). Nesta nova obra, Birman traz contribuições para uma compreensão sobre os efeitos da pandemia e seu lugar de produção de um trauma de magnitude global, vivido de forma singular pelos países e pelas pessoas. O autor divide o livro em 18 capítulos, nos quais apresenta o cenário mundial da pandemia e os reflexos na saúde mental, nas singularidades e na economia; repercutindo em desigualdades, desamparo e desalento. Através dessa organização, faz um estudo psicanalítico desse tempo, compreendendo-o enquanto uma catástrofe, um caos.

Para o autor, a pandemia simboliza o início factual do século XXI, num momento de “descontinuidade histórica”, através da emergência de um evento inovador e de promoção de novas formas de existência e sociabilidade. Desse modo, o Coronavírus engendrou uma desconstrução em nossas formas de existência e em nossos laços sociais, apontando para a limitação da onipotência humana no domínio da natureza. Ao afetar todas as dimensões da vida, o vírus nos atinge subjetivamente e representa um inimigo invisível que traz um perigo comum a todos – uma ameaça –, constituindo uma experiência “complexa” de caos que nos remete, no singular, ao trauma.

Ressaltando a relevância de outras dimensões, como a biologia, a economia, a política e o social, Birman dedica-se à problematização da pandemia de Covid-19 na dimensão psíquica, propondo um *tríptico conceitual*. Segundo esse conceito, destacam-se três dimensões complementares: o vírus, a pandemia e as singularidades. A relação mútua e permanente entre essas três dimensões remete ao caráter complexo e interdisciplinar do contexto pandêmico e compreende o conteúdo trabalhado pelo autor no decorrer do livro.

Sobre a dimensão do vírus, Birman menciona seu caráter biológico, considerando as epidemias e pandemias como reflexo das transformações ecológicas produzidas pelas ações humanas na natureza. Tal condição ecológica, provocadora de crises sanitárias, tem gerado apreensão mundial, em nome da sobrevivência do planeta e do imperativo civilizatório, quanto à possibilidade de novas pandemias no futuro.

Sobre a pandemia, Birman aponta para questões de nível sanitário, econômico, social e político. Em diálogo com Boaventura de Sousa Santos (2020), concorda que as diferentes posturas dos países, diante da pandemia, têm relação direta com a adoção da economia neoliberal, onde a presença dessa perspectiva econômica dificultou o acesso imediato a medidas sanitárias, como a quarentena

e o uso de máscaras. A distinção na estratégia política adotada pelos governos propiciou, segundo Birman, a emergência de uma polarização entre duas políticas governamentais no enfrentamento da pandemia: a que se orienta pelo imperativo da bolsa/economia (condução ao autoritarismo/associado ao discurso instrumental da tecnociência) e a que se baseia no imperativo da vida (condução à democracia/associado ao discurso da ciência crítica).

A reflexão do autor, a partir da análise de epidemias e pandemias anteriores, revela a percepção de que o ajustamento inicial pelo imperativo da vida tenderia a facilitar uma recuperação mais célere e eficiente da economia no contexto pandêmico atual. No entanto, o que se verificou foi que muitos governantes priorizaram (e ainda priorizam) o imperativo econômico, em vez do imperativo da vida, como é o caso do Brasil. Birman avalia tal atitude como perversão e crueldade, o que culmina com a geração de conflitos político e ético.

A escolha pelo imperativo da vida é proposta pelo autor como uma posição estratégica, possibilitadora da construção de um “*novo normal*” (BIRMAN, 2021, p. 153). Desse modo, convida os leitores a transformarem a crise negativa, produzida pela pandemia, em uma vivência positiva no espaço social, questionando as iniquidades naturalizadas.

Sobre o novo normal, Birman aborda o pós-pandemia a partir da descontinuidade normativa produzida pela pandemia: “*Ocorrerá uma desconstrução relativa da globalização neoliberal*” (BIRMAN, 2021, p. 81), causando um impedimento da restituição do estado social e político anterior. A crise no espaço social se revela promotora da oportunidade de renovação de estilos de existência, ao possibilitar questionamentos sobre as posições naturalizadas, como as desigualdades sociais, o aumento dos processos de precarização e a promoção vultuosa do racismo estrutural e das hierarquias de gênero.

Refletindo sobre o fato de que a pandemia recrudescer a exposição das desigualdades sociais, intensificando as precariedades já existentes, apreendemos, a partir da leitura de Birman, que questionar esse processo de posições naturalizadas favorece uma sociedade mais justa no acesso à cidadania. Pode-se dizer que a reprodução da desigualdade social ao longo do tempo levou a um *apartheid* social, o que aumentou substancialmente a vulnerabilidade das populações mais pobres a doenças com o avanço do processo de globalização. E uma vez instalada a pandemia, os mais pobres são novamente expostos às iniquidades em saúde, com

suas precariedades de recursos, tanto para prevenção quanto para tratamento e planejamento. Importante realçar esse ponto porque a saúde global prega acesso universal à saúde, mas não se constata essa potência universal na prática, visto o caso do continente africano, que não consegue garantir a mesma posição que os outros continentes no acesso às vacinas.

Sobre a dimensão das singularidades, Birman mobiliza o debate sobre a produção de enfermidades e a experiência clínica, ressaltando que o ser humano, atingido subjetivamente pela ameaça do vírus na pandemia, produz o trauma. O trauma constitui a suspensão de nossas referências espaço-temporais, produzindo uma precarização social generalizada; provocando inflexão, descontinuidade, uma desorganização na compreensão e na sociabilidade, atingindo as singularidades através da individualização das múltiplas formações sintomáticas possíveis. Dentre esses destinos do trauma, Birman destaca: a síndrome do pânico, os sintomas hipocondríacos, a depressão, a melancolia (através do luto patológico), os rituais obsessivo-compulsivos e o fomento da violência doméstica, a partir do sentimento de impotência frente ao vírus gerado nos homens. E na tentativa de mitigação dos sofrimentos psíquicos, gerados por essas formações sintomáticas, Birman destaca que o sujeito pode optar por uma prática de cuidado de si que tende a lhe causar uma nova formação sintomática. Essa se traduz na ingestão regular de alimentos, álcool e drogas lícitas e ilícitas, tendência que se tem refletido no “crescimento significativo do vício durante a pandemia” (BIRMAN, 2021, p. 143).

No estudo *“Excesso e ruptura de sentido na subjetividade hipomoderna”* (2004), Birman já abordava essas formações sintomáticas, e as nomeava de narrativas clínicas. Chamava atenção para o mal-estar do indivíduo hipermoderno, numa vivência de excesso e perda de sentido que se introduz em três registros psíquicos: no corpo, na ação e nos sentimentos. Nessa nova produção, Birman retoma o estresse como um efeito psíquico da pandemia, como o cerne do mal-estar, promovendo as formações sintomáticas. Desse modo, o trauma representaria o excesso que se impõe enquanto uma violência que imobiliza o psiquismo.

O autor aponta para uma pauperização da linguagem em seu poder simbólico, uma perda da sua capacidade metafórica. Essa configuração reflete a impossibilidade de se transformar dor em sofrimento e a quebra da mediação no espaço social. Com a falha dos processos de mediação e compreensão, há um rompimento da estabilidade de nossas associações simbólicas e passamos a nos defrontar com a nossa própria

fragilidade. O trauma se insere, assim, enquanto uma experiência de caos, de dor contínua, de paralisia psíquica e declinação de sentido, onde não podemos contar mais com a nossa cartografia habitual de mundo e de mediação. Tal condição se manifesta com a supressão dos mecanismos de proteção e de asseguramento pelo sujeito dos mecanismos de segurança e cuidado. A experiência do trauma nos remete, assim, à vivência do desamparo psíquico. O terror da morte se presentifica a partir da angústia real. Essa traz junto consigo um sentimento de impotência frente ao inimigo invisível – o que representa para o sujeito uma incapacidade de prevenção e tratamento. Desse modo, a pandemia de Covid-19 se traduz na revivência originária do desamparo pelo sujeito.

Resgatando a noção de desamparo psíquico dos estudos de Freud,² Birman esclarece que o sujeito é reconhecidamente marcado pela alteridade em sua condição estrutural, de onde demanda ao outro a sensação de proteção e segurança. Desse modo, a invisibilidade do vírus nos coloca numa situação de desamparo porque nos defrontamos com a ausência de defesa psíquica, capaz de nos proteger. Diante dessa situação, esperamos contar com a possibilidade de alguma instância protetora, que venha a nos oferecer amparo e confortar.

A experiência de desamparo é problematizada pelo autor ao analisar as divergentes orientações políticas adotadas pelos países, frente à ameaça do Coronavírus, o que refletiu em diferentes reações populacionais quanto à confiança na espera por proteção de seus governantes, configurando posições de desamparo e de desalento. Alguns países do Oriente e da Europa adotaram o isolamento social como resposta unívoca à pandemia, com a população acreditando na existência de políticas públicas e de instâncias sociais para a proteção da experiência de morte. Entretanto, a persistência do vírus, como mal invisível, manteve o sentimento de desamparo psíquico nos sujeitos. Por outro lado, países como o Brasil e os Estados Unidos não contaram com foros de proteção confiáveis. Para esses casos, o autor ressalta que o sentimento gerado foi o de desalento. Nesse registro psíquico, o sujeito sente que não pode contar/apelar para um Estado protetor/cuidador, sentindo-se assim entregue ao acaso. Não é só o vírus invisível que assombra, mas também, e principalmente, o sentimento da falta de alguém para cuidar e proteger a população desse mal.

No caso do Brasil, constatamos com Birman que não houve pressão política e social que garantisse uma resposta rápida do Estado diante da ameaça do vírus. Vivenciamos uma divergência de posicionamentos políticos internamente entre o

governo federal, de um lado, e os governos estaduais e municipais, de outro. Birman nos mostra que se estabeleceu, desde o início da pandemia, um conflito de interesses entre governadores e prefeitos – que assumiram a perspectiva do imperativo da vida/ discurso da ciência - e o governo federal – que advogava pelo imperativo da bolsa/ da economia/negacionismo de fundamento teológico/perspectiva genocida. Essa divergência proporcionou uma divisão discursiva e política, uma dupla mensagem. E esse contexto se manifestou com uma confusão mental no campo psíquico, uma divisão psíquica na população, que não sabia a quem dirigir credibilidade e obediência, constituindo o desalento.

Birman associa o desalento à operação psíquico-psicanalítica da “Recusa” e o caracteriza como “Perversão”, através do reconhecimento às diversas formas de desprezo manifestadas pelo presidente Bolsonaro diante das inúmeras mortes resultantes da pandemia. Desenvolvendo seu raciocínio, o autor nos mostra que as medidas sanitárias de isolamento e distanciamento social – isolamento social horizontal –, recomendadas pelo discurso científico e pela Organização Mundial da Saúde, independente dos fatores de risco e de classe social, não puderam ser cumpridas de maneira efetiva. E comenta sobre a exceção brasileira, onde o governo federal optou pelo isolamento social vertical, isto é, o isolamento apenas dos grupos de risco à Covid-19 – “representados por aqueles com mais de 60 anos e portadores de certas enfermidades graves” (BIRMAN, 2021, p. 69). Com essa estratégia, o governo federal brasileiro esperava constituir uma “imunidade de rebanho”,³ mas o que se conseguiu foram efeitos éticos catastróficos. Birman critica a racionalidade instrumental, sob o discurso da tecnociência, que defende o isolamento vertical parcial/seletivo e advoga pelo isolamento horizontal radical, apoiado pelo discurso da razão científica crítica, reconhecendo assim o vínculo entre o discurso científico e os discursos da política e da ética. Ao tratar dos isolamentos vertical e horizontal, Birman insere uma comparação com os dispositivos da lepra e da peste, respectivamente.⁴

No momento em que esta resenha é elaborada, quase dois anos após o lançamento do livro e num tempo em que já contamos com vacinas e práticas terapêuticas possíveis, alguns pontos suscitam reflexões. O impacto do negacionismo dos governos sobre as realidades de seus países pode responder o porquê países que tiveram acesso às vacinas no primeiro momento de disponibilidade das mesmas não conseguiram alcançar bons índices de vacinação até o presente. E, ainda, seguindo com a reflexão sobre a postura de negacionismo, podemos ponderar que apesar da adoção tardia da

vacinação pelo governo brasileiro, conseguimos alcançar nacionalmente um índice considerável de adesão à mesma. Provavelmente, tal circunstância se deve ao nosso histórico cultural sanitário que favorece a aceitação populacional às vacinas. Novos estudos buscando esse caminho de entendimento são importantes, assim como pesquisas sobre as diferentes ondas e o percentual de mortes, considerando as restrições dos rituais de despedidas coletivas, e o impacto desses entraves para a produção de sentido e esperança para o processo de subjetivação, constituinte da restituição de sujeitos. Estudos sobre os efeitos da política negacionista sobre as subjetividades, e o quanto o negacionismo e as variantes do Coronavírus podem gerar de trauma(s) são temáticas de grande relevância para a defesa pela vida e para que possamos continuar contribuindo com a sociedade enquanto profissionais da saúde coletiva.

Por fim, podemos dizer que o livro de Birman corresponde a uma importante compilação para todas as pessoas que desejam compreender e conceber subjetivamente as circunstâncias engendradas pelo período de pandemia. A relevância dada ao caráter interdisciplinar de uma prática (psicanálise) que privilegia a linguagem e sua dimensão simbólica, com a possibilidade de mediação e de transformação do indizível em dizível, busca facilitar a construção de sentidos possíveis a sujeitos tão fragilizados emocionalmente. Fragilidade que se manifesta através de limitações, impeditivos e perdas, constituindo sujeitos paralisados e inviabilizados de produções, projetos e sensações por um tempo tão longo de trajetória, como tem se configurado o tempo de pandemia. A presente obra favorece, para além do tempo de pandemia, o reconhecimento da importância da alteridade, da interação e da interpelação pela palavra, do cuidado de si. Favorece também a valorização da identificação a partir de narrativas verossímeis que conduzam a um continuar mais possível, dialético e produtivo no pós-pandemia. Entendendo que a leitura psicanalítica, como ferramenta de resgate da linguagem, segue uma perspectiva interdisciplinar, Birman defende que a psicanálise, em sua especificidade epistemológica, estabelece uma relação de borda com outros campos discursivos e práticas sociais, como a saúde mental e a saúde coletiva. Desse modo, a psicanálise apoia a ciência ao promover uma prática de mediação, reintroduzindo a dimensão do sujeito com sua demanda, a partir da queixa tamponante (uma queixa que paralisa, ao bloquear o movimento). Essa perspectiva possibilita ao sujeito sair do campo da indeterminação, do estar, e ser, transformando sua dor em sofrimento, o que favorece o reconhecimento e a sustentação desse sofrimento, para o seu enfrentamento. Tal processo possibilita

a resignificação do estado de paralisia que a angústia provoca, transformando-a positivamente numa afirmação de vida e pela vida, rumo a novos sentidos, a projetos de futuro, a novos possíveis normais.

Agradecimentos

A minha orientadora no doutorado, prof. Dr^a Tatiana Vargas, pelo seu olhar cuidadoso na revisão desta resenha, e ao apoio do Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher do IFF/Fiocruz, via FAPERJ (Processo E-26/211.040/2021).

Referências

BIRMAN, J. Dor e sofrimento num mundo sem mediação. In: BIRMAN, J. *Estados gerais da psicanálise: II Encontro Mundial*, Rio de Janeiro, 2003.

BIRMAN, J. Excesso e ruptura de sentido na subjetividade hipermoderna. *Cadernos de Psicanálise*. Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, ano 26, n. 17, 2004.

FREUD, S. Inibição, sintoma e angústia (1926). In: FREUD, S. *Obras completas*. V. 17. Tradução: Paulo César de Souza São Paulo: Companhia das Letras, 2014

FREUD, S. *Malaise dans La Civilisation*. Paris: PUF, 1971.

FREUD, S. O Inquietante (1919). In: FREUD, S. *Obras completas*. V. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SANTOS, B. S. *A cruel pedagogia do vírus*. Boitempo, São Paulo, 2020.

Notas

¹ A edição de 2021 foi utilizada para a construção desta resenha. A primeira edição do livro foi feita no mesmo ano em que Birman participou de uma série de conferências virtuais para discutir o trauma na pandemia, como a Conferência na Academia Brasileira de Ciência, em maio de 2020; no Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos, em junho de 2020; e na Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), em julho de 2020.

² Birman se apoia nos estudos de Freud (mais especificamente, em sua obra ‘O mal-estar na civilização’, de 1930) para pensar a relação do trauma com a problemática do desamparo psíquico do sujeito, em que Freud nomeia a experiência inicial do trauma de ‘*desamparo originário do sujeito*’ (FREUD, 1971). Ed. brasileira: *O mal-estar na civilização*, Companhia das Letras, São Paulo, 2011. De acordo com essa obra de Freud, o desamparo é um conceito que representa a condição fundamental, originária da vida humana. Em seu despontar no mundo, o sujeito sofre ao se deparar com um contexto desconhecido, o que se traduz pela vivência de angústia. Frente a esse contexto novo, o sujeito se mostra impotente, com sua condição de imaturidade neonatal, e se coloca absolutamente dependente de outro sujeito para saciar suas necessidades

– o que o expõe à vivência do trauma, da catástrofe - quando o outro não se faz presente e sua ausência é sentida enquanto abandono.

³ Diante da estratégia assumida no Brasil, e seus problemas éticos, com a perspectiva da "imunidade de rebanho" esperava-se alcançar uma imunidade coletiva, através da vacinação de uma grande quantidade de indivíduos. Assim, diminuir-se-ia o poder de circulação do vírus causador da Covid-19, protegendo indiretamente as pessoas que não se vacinaram.

⁴ No capítulo oitavo, intitulado 'Dispositivo da peste e dispositivo da lepra', o autor descreve os dois dispositivos: da Lepra e da Peste. No dispositivo da Lepra, de ordem teológica, instituía-se uma prática de exclusão social do doente, através da defesa da expulsão do mal da sociedade, o que caracterizava um isolamento seletivo. De outro modo, no dispositivo da Peste, de ordem sanitária, insere-se a medicalização no espaço social, a partir do século XIX, através do controle social da contaminação – esse representa um cuidado coletivo – e, segundo o autor, circunscreve o prenúncio da vigilância sanitária e da epidemiologia no Ocidente.

